

GÊNERO E PODER: a violência epistemológica contra corpos e saberes trans/travestis

GENDER AND POWER: the epistemological violence against trans/travesti bodies and knowledges

Fábio dos Santos Coradini¹
Edméa Oliveira dos Santos²

RESUMO: Este artigo resulta de uma pesquisa de Mestrado defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Através de uma etnografia online com pesquisadoras trans/travestis e da prática docente em Oficinas Pedagógicas, o estudo analisou como corpos trans/travestis desafiam a normatividade acadêmica e tensionam as estruturas cisheteronormativas. A pesquisa evidencia os desafios e resistências enfrentados na universidade, problematizando barreiras institucionais e mecanismos de exclusão. Com base na experiência do autor e na análise crítica de políticas públicas e práticas educacionais, reflete-se sobre a invisibilização desses corpos na academia. O referencial teórico articula autoras trans/travestis, destacando a fecundidade dos saberes trans e as dinâmicas de exclusão e resistência. Conclui-se a partir de noções subsunçoras que a presença trans/travesti ressignifica o conhecimento e rompe com a colonialidade do saber.

Palavras-chave: Epistemologia trans/travesti; Violência epistêmica; Gênero e sexualidades; Ensino superior; Cota trans.

ABSTRACT: This article results from a Master's research defended in 2022 in the Graduate Program in Education at the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Through an online ethnography with trans/travesti researchers and teaching practices in Pedagogical Workshops, the study analyzed how trans/travesti bodies challenge academic normativity and strain cisheteronormative structures. The research highlights the challenges and resistances faced in the university, problematizing institutional barriers and mechanisms of exclusion. Based on the author's experience and a critical analysis of public policies and educational practices, it reflects on the invisibility of these bodies in academia. The theoretical framework articulates trans/travesti authors, highlighting the fertility of trans knowledges and the dynamics of exclusion and resistance. It concludes, based on subsuming notions, that the trans/travesti presence redefines knowledge and breaks with the coloniality of knowledge.

Keywords: Trans/Travesti epistemology; Coloniality, Epistemic violence; Higher education; Trans quotas.

¹ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pedagogo e Professor da Especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica da UFRRJ/CEDERJ. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Docência e Ciberultura (GPDOC/UFRRJ). Bolsista CAPES/UAB. E-mail: fabiorcoradinic@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8134-5523>

² Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular-Livre da UFRRJ. Líder do Grupo de Pesquisa Docência e Ciberultura (GPDOC/UFRRJ). Bolsista PQ do CNPQ e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. E-mail: edmeabaiana@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4978-9818>.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um dos desdobramentos do resultado de uma pesquisa de Mestrado intitulada “*Curriculo Ciberqueer: autorias LGBTQIA+ na cibercultura*” (Coradini, 2022) conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob a orientação da Professora Doutora Edméa Oliveira dos Santos, líder do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura. A pesquisa de Mestrado teve como objetivo compreender como mulheres trans/travestis construíam suas autorias e epistemologias na cibercultura e como a transposição desses saberes travestis acessavam o currículo escolar, porém neste texto, nossa proposta é compreender em que medida o campo acadêmico reproduz violências epistemológicas contra corpos e saberes trans/travestis investigando como as estruturas institucionais e epistemológicas da academia operam para marginalizar e silenciar essas epistemologias. A partir do referido problema, nosso objetivo será analisar como essas epistemologias trans/travestis tensionam e subvertem as normas cisheternormativas na universidade e na produção científica.

Para a construção deste texto, utilizamos como metodologias: os resultados da pesquisa de Mestrado, a etnografia das cientistas trans/travestis no Instagram e uma análise documental sobre a política de cotas e Dossiê da Rede Trans Brasil 2024. Essas metodologias foram fundamentais não apenas para a composição de dados, mas também para fornecer as bases analíticas que sustentam este artigo. Os *indicadores e resultados obtidos*³ ao longo da pesquisa oferecem importantes contribuições para pensarmos as potencialidades das epistemologias travestis no currículo da Pedagogia Universitária, destacando práticas pedagógicas que valorizam as experiências e narrativas de corpos dissidentes como elementos de transformação educacional. Dessa forma, esta produção acadêmica transcende a proposição inicial da pesquisa realizada, situando-se como um convite à reflexão crítica e à construção de uma ciência que reconheça e legitime os saberes trans e travestis como centrais para a transformação social e educacional.

³ Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ - Dissertação *Curriculo Ciberqueer: autorias LGBTQIA+ na cibercultura*. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13135>.

Os resultados da pesquisa de mestrado revelaram que, ao se apropriarem dos recursos tecnológicos, essas mulheres criam redes de apoio, produzem conhecimentos críticos e desafiam as estruturas tradicionais de poder e exclusão, impactando diretamente a maneira como o currículo escolar pode ser ressignificado. Essas autorias digitais também evidenciam a potência política e pedagógica dos saberes trans/travestis, que, ao adentrarem o currículo da Pedagogia Universitária, abrem caminhos para práticas educativas mais inclusivas e transformadoras. Ao brincar os processos metodológicos, nossos resultados destacam três “noções subsunçoras” (Macedo, 2021, p. 27) para pensar a existência trans na Universidade, a “travestilidade como potência epistemológica”, a “autorias trans-multirreferenciais” e a “política de reconhecimento”. Conforme destaca Santos (2019) essas noções emergem da análise teórico-analítica e hermenêutica do pesquisador em um processo em diálogo entre teoria e a empiria.

Ao dialogar sobre as potencialidades das epistemologias trans/travestis e a violência velada destes saberes na Universidade, buscamos promover um debate que transcende a intelectualidade, perpassando pelo corpo trans/travesti no campo da violência do gênero e do poder. Conforme destaca Coradini e Santos (2024) para Butler⁴ (2019), às vezes, esquecem que “o” corpo vem em gêneros, justamente como implica a pergunta “Qual é o seu gênero?” (Butler, 2021, p. 28), atualizada pela autora para “Qual dos gêneros?” (Butler, 2024, p. 195). O corpo, nesse caso, é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição cultural (Foucault, 1977, apud Butler, 2021, p. 224): “o corpo é a superfície inscrita pelos acontecimentos”. O acontecimento no corpo travesti é a inscrição da violência e da negação. No artigo “Manifestações textuais (insubmissas) travesti”, denominado como Manifesto Travesti, Sara Wagner York, Megg Rayara e Bruna Benevides (2020, p. 2) nos indagam – “Quem determina os limites possíveis de se existir enquanto travesti e ter uma experiência de vida que surge impregnada de estigmas e tabus, violência, invisibilidade e negação de espaços?”. De acordo com as autoras, a disruptura às normas sociais, ao longo da história, colocava as travestis às margens sociais, expondo ou naturalizando práticas de violência (estrutural, simbólica, patrimonial, psicológicas e físicas), além da exclusão social

⁴ A primeira versão do livro *Bodies that matter: On the Discursive Limits of “sex”* (Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”) de Judith Butler foi publicada no ano de 1993, pela editora Routledge na cidade de New York. A primeira tradução para o Brasil do livro foi feita por Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli, no ano de 2019 pelas editoras N-1 Edições/Crocodilo Edições.

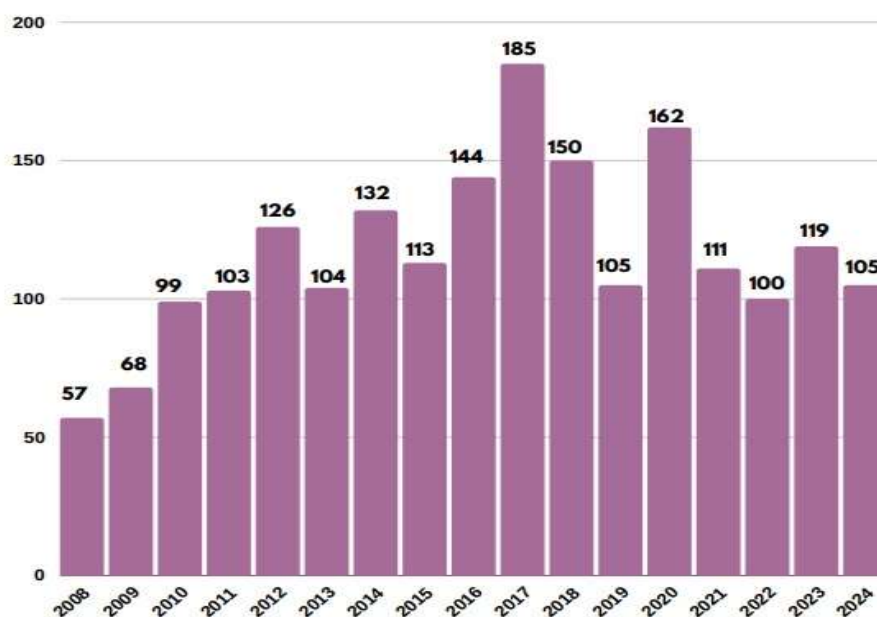
comumente praticada por parte da população contra nós (Sara Wagner York, Megg Rayara e Bruna Benevides, 2020, p. 2). A respeito da palavra travesti:

Há uma potente significação, por vezes torpe do verbo, travestir. Seja “travestir” na tentativa posta que em dado momento vincula à sujeira, à doença, a marginal, à maleficência disfarçada, falseada, não genuína. Para nós, por sua vez, a palavra se vincula à luta, à resistência, à dignidade e a uma potencialidade política e contestatória. Uma palavra feminina, um substantivo feminino e nunca um verbo que sujeita e infere (Sara Wagner York, Megg Rayara e Bruna Benevides, 2020, p. 2).

No texto “A corrida contra o tempo: o que significa ser uma travesti?”, Florence Belladonna e Joyce Alves (2023) destacam que desde a transição de gênero, travestis são colocadas diante de uma angústia profunda que atravessa os abismos que a sociedade impõe ao nosso corpo, inicialmente pelas práticas, características biológicas e indumentárias tratadas de maneira generificada, e, em concomitância, a ditadura que se instala sobre o nosso corpo, apagando-nos dos espaços de construção da cidadania, como educação, saúde e empregabilidade. De acordo com o Dossiê sobre o registro nacional de mortes de pessoas trans no Brasil em 2024, publicado pela Rede Nacional de Pessoas Trans (RedeTrans Brasil) sob coordenação de Sayonara Naidier Bonfim Nogueira e Tahiane Aquino Araújo, destacam que no ano de 2024, foram registradas 105 mortes (físicas e sociais) de pessoas trans e travestis ⁵no Brasil, 14 casos a menos em relação ao ano de 2023, porém ao analisar a composição do gráfico da evolução dos casos a partir de 2008, nos deparamos com uma realidade violenta que se sustenta cotidianamente. É fundante destacar o perfil das pessoas trans assassinadas em 2024, sendo: 93,3% eram mulheres trans/travestis, 6,7% eram homens trans, 62,5% eram pessoas trans pardas e pretas, a faixa etária se perfaz entre os 26 a 35 anos (expectativa de morte) e a maioria das vítimas eram trabalhadoras sexuais, assassinadas na rua.

⁵ Compreendemos como “pessoas trans” o espectro da transgeneridades que inclui pessoas transexuais, transgêneros, travesti, intersexuais e não-binárias.

Figura 1 - Evolução dos casos no Brasil de 2008 a 2024



Fonte: Nogueira, Sayonara N. B, 2025 (Dossiê RedeTrans)

O Dossiê RedeTrans⁶ destaca que para além dos números absurdos de violações dos direitos humanos, em 9 anos de monitoramento da RedeTrans Brasil, foram registradas 1.181 pessoas trans mortas. Monteiro, Lima e Cabral (2017) destacam que pessoas trans e travestis vivem uma morte social diariamente. A morte de uma travesti inicia antes do tiro, devido ao processo de exclusão social que sofre. A luta pelo reconhecimento e a cidadania das pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso é uma meta que todo e qualquer Estado deve alcançar. Quando determinados grupos sociais conquistam direitos antes negados, toda a população se beneficia com essa conquista, pois não há como se falar em democracia se alguns ainda vivem invisibilizados perante a sociedade.

Com a morte do corpo, morre a intelectualidade trans, assim como destaca Sara Wagner York, Megg Rayara e Bruna Benevides (2020) em que os processos de violência e vulnerabilização experienciados pela população travesti são tão apavorantes, que apenas os dados gerais como mortes e torturas ganham um pouco de atenção por parte da mídia e do grande público – em um grande circo de horrores que denuncia a estrutura sistêmica de

⁶ Para saber mais, consultar Dossiê: registro nacional de mortes de pessoas trans no Brasil em 2024 da RedeTrans Brasil. Disponível em linktr.ee/redetransbrasil.

exclusão e exotificação de seus corpos mutilados, muitas vezes desnudos para lembrar que aquele corpo não deveria existir ou ser aceito como humano.

Portanto, a discussão sobre gênero e poder, articulada à violência epistemológica contra corpos e saberes trans/travestis, emerge como uma questão central neste texto, pois essa problemática reflete as complexas intersecções entre sistemas de poder, desigualdades estruturais e a produção de conhecimento. A violência epistemológica, como definida por Spivak (2014), refere-se à exclusão sistemática de vozes subalternas, em especial aquelas que desafiam as normas hegemônicas de gênero e sexualidade. No caso de pessoas trans e travestis, tal exclusão não se limita à esfera discursiva, mas também se manifesta na deslegitimação de suas experiências corporais, históricas e culturais. A universidade e o campo científico funcionam como mecanismos de violência epistemológica contra corpos e saberes trans/travestis, mas a presença e autoria trans/travesti desafiam e reconfiguram o regime de verdade, promovendo sabotagens epistêmicas, deslocamentos curriculares e fissuras no "CISTema". Entende-se por CISTema o conjunto de tecnologias de gênero que agudizam uma passabilidade pautada em performatividades de gênero binárias da/na cisgeneridade (York, 2019), visto que se trata de um arranjo "sexo/gênero" que se estabelece a partir de normas, dispositivos e regimes de existências binárias.

Neste texto, as cientistas e pesquisadoras trans e travestis serão mencionadas com seus nomes completos⁷, ainda que essa prática não siga rigorosamente as normas da ABNT. Essa decisão constitui um ato político que visa legitimar suas contribuições científicas e desafiar o trans-epistemicídio, conforme conceituado por York (2020), a qual define e conceitua o termo como sendo a aniquilação dos conhecimentos e saberes através da dominação político-ideológica, ou seja, precisamente é o processo de extinção dos saberes, vivências, histórias e experiências desses indivíduos. O artigo encontra-se estruturado em quatro seções: na primeira, serão apresentados a importância de pensarmos nas vidas trans/travesti, dialogando com os documentos que registram as violências aferidas diariamente a esses corpos. Na segunda, discutimos a relação teórica a partir da metodologia da pesquisa de Mestrado do autor, buscando apresentar ao leitor a

⁷ A menção das pesquisadoras trans/travestis com seus nomes completos, embora não esteja estritamente conforme as normas da ABNT, é fundamentada em decorrência do tema do artigo e por se tratar de um reconhecimento a produção das pesquisadoras, porém nas referências foi mantido o padrão ABNT.

relação entre gênero e poder, trazendo exemplos da contemporaneidade. Na terceira, temos uma conversa dialogada sobre a subversão dos saberes trans/travesti a partir da etnografia realizada pelo autor durante seu Mestrado e fechamos, homenageando pesquisadoras trans/travesti, exaltando suas epistemologias e reafirmando nossa aliança e compromisso em citar e referências pessoas trans/travestis em nossas pesquisas e em todo trabalho docente realizado dentro das Universidades e espaços de divulgação científica.

1. ETNOGRAFIA ONLINE NO INSTRAGRAM

A pesquisa de mestrado intitulada “Currículo Ciberqueer: Autorias LGBTQIA+ na cibercultura” defendida no ano de 2022 na UFRRJ, teve como objetivo compreender como as pessoas trans/travestis atuavam no ciberespaço e construíam dispositivos de formação, cujas autorias eram capazes de articular saberes que nos possibilitaria pensar nas questões curriculares que orientavam a presença das corporeidades *queer* nos espaços educacionais. A partir da metodologia denominada ciberpesquisa-formação na cibercultura (Santos, 2005), método que possibilita a atualização da sua prática no contexto da docência e da cibercultura, ou seja, “não há pesquisa-formação desarticulada do contexto da docência” (Santos, 2019, p. 18). Dessa forma, no contexto da cibercultura investigamos a produção das mulheres trans/travestis no Instagram e a partir dos achados da pesquisa, como problema o conceito de “autoria LGBTQIA+ na cibercultura”, desenvolvemos “Oficinas Pedagógicas Pós-Críticas”, que se estabeleceu durante a realização do Estágio Docente, inicialmente no formato *online* e posteriormente presencial, no contexto da disciplina “Teorias e Políticas Curricular”, do curso de Licenciatura em Pedagogia, turno noite, 6º semestre, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica.

Durante o período que estivemos explorando o Instagram, analisando as interações e movimentos, constatamos relevantes praticantes, dentre elas as seguintes pesquisadoras e suas peculiaridades: Professora Doutora Alessandra Teixeira Primo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que no ano de 2021 iniciava aos 50 anos sua transição de gênero, Professora Doutora Joyce Alves, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que naquele momento se entendia como uma pessoa não-binária e realiza sua transição de gênero ao final desta pesquisa e a Professora Doutora Sara Wagner York, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que utiliza a rede com

propriedade multirreferencial para a apresentar a sua trajetória acadêmica, reconhecida nacionalmente. Esse processo etnográfico visou compreender as dinâmicas de construção de saberes e a visibilidade acadêmica dessas pesquisadoras no ambiente digital, observando como utilizam a plataforma para divulgar suas produções e engajar em debates científicos, sociais e culturais.

Ao decidirmos realizar uma etnografia com mulheres trans/travestis⁸ no Instagram, identificando este movimento como um fenômeno da cibercultura, nosso objetivo foi demonstrar, no âmbito acadêmico e por meio de uma dissertação de mestrado, que as produções científicas dessas mulheres se configuram como fundamentação teórica, temática e metodológica dentro da ciência. Durante o processo etnográfico, que se estendeu por aproximadamente um ano, foram realizadas atividades de registro, mapeamento, cartografia e organização de diários online, buscando compreender como essas mulheres elaboravam seus saberes no ambiente digital. Esses conhecimentos, por sua vez, foram integrados ao espaço da sala de aula, no contexto do estágio docente⁹, com o propósito de apresentar aos alunos o que denominamos, naquele momento, como saberes trans/travestis. A etnografia online analisou a forma como essas pesquisadoras trans/travestis produziam conhecimento e autoria no *Instagram*, valendo-se de narrativas e criações em rede. Segata (2014) destaca que a etnografia posiciona e situa a cibercultura no lugar onde ela é produzida e significada cotidianamente, ou seja, nas práticas, experiências e sensibilidades da vida vivida e não daquela imaginada. Porém, de acordo com Segata (2016), foi apenas a partir da aproximação com as críticas firmadas com a Teoria Ator-Rede (Latour, 2008) que nossa etnografia passou a ser tratada em termos de rastreamento e descrição de associações entre humanos e não humanos, permitindo a extração de algumas consequências da ideia que fazíamos de pesquisar “redes sociotécnicas”.

Coradini e Santos (2025) afirmam que ao ocupar o *Instagram*, foi possível observar um movimento significativo de pesquisadoras trans/travestis, que utilizavam a plataforma para divulgar suas pesquisas e epistemologias. Essas autoras promovem não apenas a disseminação de conhecimentos científicos, mas também a formação de seus seguidores, a partir de suas singularidades e do ativismo que marca suas trajetórias. Através de suas autorias, elas construíam um espaço de resistência e visibilidade, onde suas experiências e

⁸ Ver etnografias a partir da página 56. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13135>

⁹ Ver Oficinas Pedagógicas realizadas no estágio docente a partir da página 111. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13135>

perspectivas sobre gênero, corpo e sociedade eram legitimadas e compartilhadas, contribuindo para a ampliação do diálogo sobre diversidade e inclusão.

A partir de todo este movimento e evidenciando a ausência de epistemologias trans/travestis no currículo da Pedagogia, iniciamos um projeto intitulado “Oficinas Pedagógicas Pós-Críticas” pautado nas construções teórico do livro “Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo”, de Tomaz Tadeu da Silva. As Oficinas, segundo Brito e Zanella (2017), são consideradas práticas discursivas e palco de trocas, e para além, considerados uma arena de disputa de narrativas, portando se constituindo em um dispositivo estratégico para a aprendizagem. Para a concepção do dispositivo na disciplina “Teorias e Política Curricular”, desenvolvemos estratégias baseadas na Pedagogia de Projetos, que busca romper com os métodos tradicionais de ensino, se apropriando da utilização de metodologias capazes de estabelecer conexões formativas entre o sujeito e o objeto do conhecimento. O objetivo das oficinas era oferecer aos alunos um referencial LGBTQIA+ para o desenvolvimento de um trabalho em sala de aula dinamizado e que se apropriasse de outras formas e maneiras de construir uma aula, momento em que nos apropriamos do conceito de artefatos culturais como disparadores para a formação.

Por fim, esta pesquisa nos possibilitou compreender a diversidade, que perpassa as corporeidades, fazendo com que o espaço esteja repleto de pessoas diferentes: pretas, brancas, coloridas, gordas, magras, afeminadas, masculinizadas, andrógenas, não-binárias, trans/travestis, tatuadas, enfim, corpos que mutam a todo o momento, suscetíveis a julgamentos, restrições, representações, mas que não podem ser suprimidos da sua liberdade de existência. O campo curricular, moldado e desenhado didaticamente por disciplinas que formam e (des)formam, precisa ser repesando a partir do seu chão, a escola, porque os “novos sujeitos” estão produzindo autorias em rede, rompendo com paradigmas e os bons costumes, pois se compreendem para além da sua estrutura física, e sim como personas que rasgaram a ditadura da abjeção e colocam as suas corporeidades em debate e disputa.

2. GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

No dia 07 de janeiro de 2025¹⁰, Mark Zuckerberg, CEO da Meta, anunciou uma mudança significativa nas plataformas Facebook, Instagram e Threads: o sistema de verificação de fatos (fact-checking) realizado por terceiros será oficialmente descontinuado nos Estados Unidos. O CEO também destacou que a empresa pretende colaborar diretamente com a administração do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump. Para Saad e Malar (2025) há, ainda, um esforço de desinformação claro por parte de Mark Zuckerberg: as agências de checagem não “censuravam” ou derrubavam publicações, mas sim adicionavam contextos e buscavam assegurar a veracidade de informações. Em outro aspecto, com a adoção das mudanças, passaram a permitir que termos referentes a doenças mentais sejam associados a gênero ou orientação sexual, conforme destacado em alguns trechos extraídos das *novas diretrizes*¹¹:

- 1) Às vezes, as pessoas usam **linguagem exclusiva de sexo ou gênero** ao discutir acesso a espaços frequentemente limitados por sexo ou gênero, como acesso a banheiros, escolas específicas, funções militares, policiais ou de ensino específicas e grupos de saúde ou apoio. Outras vezes, elas pedem exclusão ou usam linguagem insultuosa no contexto de discussão de tópicos políticos ou religiosos, **como ao discutir direitos transgêneros, imigração ou homossexualidade** (Meta, 2025).
- 2) Nós permitimos conteúdo que defenda **limitações de gênero** em empregos militares, policiais e de ensino. Também permitimos o mesmo conteúdo com base na orientação sexual, quando o conteúdo é baseado em crenças religiosas (Meta, 2025).
- 3) Exclusão social, o que significa coisas como negar acesso a espaços (físicos e online) e serviços sociais, **exceto para exclusão baseada em sexo ou gênero** de espaços comumente limitados por sexo ou gênero, como banheiros, esportes e ligas esportivas, grupos de saúde e apoio e escolas específicas (Meta, 2025).
- 4) “Nós permitimos **alegações de doença mental** ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, dado o discurso político e religioso sobre transgenerismo e homossexualidade” (Meta, 2025).

¹⁰ Ver: Meta ilustram nova, e perigosa, era das redes sociais, por Elizabeth Saad, professora da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, e João Pedro Malar, mestrando na ECA-USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/mudancas-da-meta-ilustram-nova-e-perigosa-era-das-redes-sociais/>

¹¹ Ver reportagem: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-passa-a-permitir-que-doenca-mental-seja-vinculada-a-genero-ou-orientacao-sexual-em-posts-no-facebook-instagram-e-threads.ghtml#mudancas>.

Paralelo aos acontecimentos atuais, em dezembro de 2024, durante o AmericaFest¹², conferência para jovens conservadores em Phoenix, Donald Trump prometeu "deter" o que chamou de "loucura transgênero" no primeiro dia de seu segundo mandato, afirmando também que iria "manter os homens fora dos esportes femininos". No dia 20 de janeiro de 2025, Donald Trump se tornou o 47º presidente eleito dos EUA, e durante seu discurso de posse prometeu a extinção de programas de diversidade, reiterando que alterará políticas federais sobre gênero nos Estados Unidos. Para além das mais diversas arbitrariedades ditas neste discurso, é importante ressaltar o ataque aos grupos marginalizados e imigrantes, como podemos identificar na seguinte fala:

Esta semana, também porei fim à política governamental de tentar incorporar socialmente a **raça e o gênero em todos os aspectos da vida pública e privada**. Vamos forjar sociedade que não enxergará duas cores e será **baseada no mérito**. Será política oficial dos EUA que existam apenas dois gêneros, masculino e feminino (Donald Trump, 2025).

Destacamos aqui a fala emblemática “**Agora só existem dois gêneros: masculino e feminino**”, complementada pela ordem executiva em considerar um “gênero aceito”, assim como, a remoção da identidade “não-binária” e “outras” dos documentos federais, incluindo passaportes e vistos. Cabe contextualizar com o posicionamento de Wittig (1983, p. 64) quando afirma que “o gênero é o índice linguístico da oposição política entre os sexos. E gênero é usado aqui no singular porque sem dúvida não há dois gêneros. Há somente um: o feminino, o “masculino” não sendo um gênero. Pois o masculino não é o masculino, mas o geral”. De fato, poderíamos compreender o que na prática é a relação entre “gênero e poder”. Essa imposição normativa evidencia como o gênero se torna um instrumento de poder que opera na regulação e controle das identidades, corpos e subjetividades. Sara Wagner York (2024) destaca que os marcadores sociais de dominação - a branquitude, a cisgeneridade, a heterossexualidade, a ausência de deficiências, a endossexualidade, a origem judaico-cristã etc. - comportam o que Mello & Nuernberg (2012) denominam de corponormatividade, ou seja, o conjunto de significantes da colonialidade/modernidade, e a partir do qual a ideia de humanidade é concebida e afirmada, ou negada. Como significantes da humanidade, tais marcadores contrastam com

¹² Ver reportagem: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/20/agora-so-existem-dois-generos-masculino-e-feminino-diz-trump-em-discurso-de-posse.ghtml>

a transexualidade, com a intersexualidade, a presença de deficiências, sexualidades que desafiam a heteronorma. Contrastam, em outras palavras, com a ideia bastante versátil de monstruosidade.

Megg Rayara (2020, p. 53) destaca que a partir do século XVII, Foucault identifica uma série de técnicas de poder que incidem diretamente sobre os corpos dos indivíduos com a intenção de exercer sobre eles, de maneira duradoura, um tipo de controle. As técnicas são apontadas por Foucault (1999) como disciplina, descrevendo como métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças (Foucault, 1975). Danner (2009) afirma que a disciplina é um poder invisível que permite ver tudo permanentemente sem ser visto, corroborando com Foucault (1988) ao afirmar que o poder está em toda parte, não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares.

A partir desta noção de poder, Butler (2020, p. 11) nos inquieta ao afirmar que o gênero é construído por meio das relações de poder e, especificamente, por restrições normativas que não só produzem, mas também regulam vários seres corporais. Simone de Beauvoir (1973, apud Butler, 2021, p.29) sugere, em *O segundo sexo*, que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um cogito que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro. Butler (2021, p. 30) destaca que o “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero. Scott (1995) nos lembra que definir gênero, contudo, é muito mais complexo do que seguir padrões biológicos, uma vez que os fatores que presidem a adesão ao feminino ou ao masculino são subjetivos, múltiplos e complexos. Para Scott (1995, p. 75), o conceito de gênero passa a designar uma distinção entre cultura e biologia, rompendo com as conceituações de desvinculação dos papéis sociais elaborada por Jhon Money (1955), e se afirmando na proposta conceitual de Gayle Rubin (1993, p. 2), que em seu texto “O tráfico de mulheres” (1975), sugere a relação gênero (cultural) e sexo (supostamente biológico) por meio do conceito de “sistema sexo/gênero”.

E neste lugar, que Scott (1995, apud Letícia Nascimento, 2021, p. 37) destaca a forma como a categoria de gênero é relacional, inserida nas relações de poder, e nos leva a pensar os diferentes modos, a partir de marcações históricas, de como feminilidades e as masculinidades são construídas. Louro (2000, p. 6) também entende que “os corpos ganham

sentido socialmente, e dessa forma, a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. Teresa Lauretis (2019, apud Letícia Nascimento, 2021, p. 39) passa a compreender que nem gênero e nem sexualidade são propriedades de corpos naturais, igualmente, não há anterioridade dessas propriedades em relação aos seres humanos. Para Lauretis (2019) o gênero é, assim, tanto produto quanto o processo, e a “tecnologia de gênero” passa a denominar as proliferações discursivas que produzem as masculinidades e feminilidades.

Paul Preciado (2017, apud Letícia Nascimento, 2021, p. 39) entende gênero como tecnologia que não apenas modifica a natureza, mas a produz. Baseando-se na performatividade de gênero proposta por Judith Butler, Preciado (2017) desenvolve a ideia de que o gênero é um processo contínuo de corporificação dos indivíduos, no qual a genderificação corresponde à própria produção do corpo. Nesse fluxo constante de significações e ressignificações, o autor desafia a lógica linear frequentemente associada ao debate entre sexo e gênero. Em sua análise, Preciado argumenta que não é possível estabelecer uma origem primordial – se seria o "sexo" ou o "gênero". Pelo contrário, ambos são compreendidos como construções inseparáveis, fabricadas de maneira arbitrária, tanto por intervenções cirúrgicas quanto por normativas sociais, e perpetuadas dentro do cis-tema sexo/gênero que categoriza corpos como "homens" e "mulheres", corroborando com Butler (2021) ao afirmar que o gênero não é uma essência fixa. Portanto, concordamos com Donna Haraway (2013) ao pensar que todos e todas somos híbridos, ciborgues.

Para corpos que fogem às expectativas binárias impostas pelo sistema sexo/gênero, como as pessoas trans e travestis, essa construção social opera como uma tecnologia de controle que regula suas experiências e identidades, pois esses corpos, ao desestabilizarem as normas tradicionais, frequentemente enfrentam violências simbólicas e físicas, além da negação de sua existência em diversos âmbitos sociais. O gênero, enquanto tecnologia, não apenas evidencia as subjetividades, mas também produz corpos dentro de narrativas arbitrárias que legitimam determinadas formas de existência, visto que, essa produção, é marcada por processos de significação e ressignificação, destacando o caráter político do gênero e sua capacidade de operar como ferramenta de exclusão e resistência.

A violência emerge como uma ferramenta de controle dos corpos de pessoas trans e travestis, operando em múltiplas dimensões: física, simbólica, psicológica e estrutural. Para

estes corpos que desafiam o binarismo, essa violência se manifesta desde agressões cotidianas até a exclusão sistemática em instituições como escolas, mercados de trabalho e serviços de saúde. Além disso, a violência epistemológica, que nega a validade de suas vivências e saberes, reforça a exclusão, apagando suas narrativas da produção de conhecimento, atos que buscam impor o controle sobre os corpos, reforçando a supremacia de normas cisgêneras e perpetuando ciclos de opressão. No entanto, pensar o gênero como um processo dinâmico e aberto a novas possibilidades permite questionar as normas do CISTema e criar espaços para identidades híbridas, plurais e ciborgues. Portanto, ao romper com o cisheteronormativismo, abre-se caminho para formas de existência que não se encaixam nas categorias biologicamente destinadas, ampliando as possibilidades de reconhecimento e legitimação de diferentes experiências de vida, por se tratar de uma perspectiva que desafia as estruturas de poder que sustentam a marginalização de corpos trans e travestis, mas também promove uma reconfiguração das relações sociais, na qual o gênero deixa de ser uma imposição binária e normativa, tornando um campo de múltiplas possibilidades de expressão e subjetivação.

3. TRAVESTILIDADE COMO POTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

Josy Maria Alves de Souza, travesti, professora, Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UFRR) e Doutoranda em Linguística pela (UNESP), evidenciou em seu texto *“Cadê a travesti que está(ava) aqui? Desafios e resistências de uma travesti no ensino superior”* (2025) a urgência de debater as vivências de pessoas trans e travestis nos espaços acadêmicos, historicamente marcados por exclusões e silenciamentos. Compreendemos que se trata de um debate social e de direitos humanos urgente para desvelar as múltiplas barreiras que essas identidades enfrentam, desde a violência simbólica até a exclusão estrutural, enquanto também celebra suas estratégias de resistência e permanência em um território ainda tão cis-heteronormativo. A presença de uma travesti no ensino superior transcende a conquista individual e se afirma como um ato político e transformador, desafiando as normativas que naturalizam a cisgeneridade como padrão e pavimentando caminhos para a construção de epistemologias que reconheçam, valorizem e amplifiquem as experiências trans/travestis. É nesse espaço de luta e resistência que emerge a possibilidade de ressignificar os sentidos do pertencimento acadêmico, ao mesmo tempo

em que se fortalece a luta por uma educação mais inclusiva, diversa e comprometida com a justiça social.

Sofia Favero em “*Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais*” (2020), discute justamente sobre a mudança de posição de pesquisadas para pesquisadoras e o reflexo disso nas produções científicas. Na sua obra, a autora chama atenção inclusive para a importância da internet no surgimento dessa nova geração, diz que “não para afirmar uma ingênua ideia de democratização no acesso à internet, como se de fato tal mecanismo estivesse disponível para todos, mas para considerar essa variável na profusão de debates sobre transexualidade, travestilidade e transgeneridades na web” (p. 4), quer dizer de como as travestis vem se apropriando dos espaços que podem ser ocupados por elas para fazer acontecer essa “pesquisa de si”.

Favero (2020) diz que embora se refira a uma ausência generalizada, ela também se reflete na área da pesquisa, fazendo com que também existam poucas pesquisadoras trans e travestis no Brasil, realidade que aos poucos está sendo mudada. Considerada a primeira travesti a obter o título de doutorado no país, na Universidade Federal do Ceará (UFC), Luma Andrade só conseguiu tal feito há mais de 10 anos. De acordo com Favero (2020, p. 40) a tese de Luma Andrade intitulada “*Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*” (2012) discute a intensa pressão que repele travestis do ambiente escolar, impelindo-as a abandonar os estudos, fazendo com que pensem que essa decisão foi delas, não de um conjunto de fatores institucionais”. Então, cabe ressaltar, que foi sobre esse olhar que escolhemos quatro pesquisadoras que mobilizam saberes na rede, pulverizando a prepotência de muitos ao projetar ineficiência nas produções epistemologia travestis. Luma Andrade traçou em sua tese um trabalho que infelizmente durante muito tempo será real para uma grande parcela de estudantes trans, o que remonta ainda, “poucas travestis graduadas ou até mesmo pós-graduadas” (FAVERO, 2020, p. 40). No livro *Crianças Trans* (2020), Sofia Fávero destaca:



Há poucos dias antes de escrever essas linhas, em 19 de novembro de 2019, **sou marcada por Sara York, pesquisadora trans da UERJ**, em um comentário no seu perfil do Facebook. Ela me traz “Sofia Favero, imagine minha reação quando Viviane Vergueiro lhe cita em sua fala e eu pensando, “é uma trans citando outra trans de um dossiê trans proposta por uma trans ...” Que riqueza, que honra e que alegria! Fostes lembrada”. Surpreendida, noto que está falando sobre a colaboração que fiz à Revista Docência e

Cibercultura (Re-Doc), durante o primeiro semestre de 2019. O dossiê a que se refere é o “Transinsurgências Políticas, (Re)existências em rede”, que conteou com autoria de diversas pessoas trans ao redor do país (FAVERO, 2020, p. 41).

Portanto corroboramos com o que diz Conceição Evaristo (2006), nosso acordo, aqui, é o de escapar de uma engenharia cisgênera que nos impossibilita, impede-nos de buscar outros horizontes. Portanto, pessoas trans e travestis intelectuais escrevam, se autorizem, utilizem-se de suas “navalhas” (FAVERO, 2020) e “giletes” (Rayara, 2020) para abrirem a denúncia das atrocidades de um fardo biológico despejando sobre vossos corpos. Josy Maria (2025) destaca que o ensino superior no Brasil é tradicionalmente marcado por normas e padrões hegemônicos que permeiam as estruturas cis-heteronormativas e as práticas acadêmicas. Frequentemente, essas normas ignoram ou marginalizam as vivências de pessoas travestis, resultando em marginalização tanto de representação de nossos corpos quanto de reconhecimento epistemológico. A falta de representação não é culpa daquelas que não chegaram lá, como diria Conceição Evaristo em repreensão a mim, mas sim da insuficiente implementação de iniciativas inclusivas para identidades minorizadas.

Essa ausência de iniciativas inclusivas no ensino superior reflete não apenas a exclusão estrutural, mas também a reprodução de violências simbólicas que perpetuam a invisibilidade das identidades trans/travestis. No texto “*Direitos da esquina versus direto das esquinas*” (2024) de Sara Wagner York, a autora destaca - Torno a dizer, se uma travesti passou por um espaço sem ser percebida como travesti, nenhuma travesti passou. O corpo travesti diz, mesmo em silêncio. Ademais, conforme destaca Clarice Mack Campos e Sara Wagner York (2024) a partir da lógica da intelectualidade hegemônica silenciadora, os saberes subalternizados, segundo o pensamento de Spivak (2014), dialogando com o conceito de violência epistemológica, sofrem com um processo de silenciamento, o que resulta no apagamento e na inviabilização epistemológica dos saberes subalternos. Dessa forma, grupos historicamente subalternizados têm seus saberes e vivências sistematicamente silenciados, sendo frequentemente relegados a uma posição de inferioridade intelectual, permeada por estruturas de poder que operam nas práticas acadêmicas e nos processos seletivos. Essa dinâmica se manifesta de maneira explícita em espaços dentro da Universidade, quando não temos textos e trabalhos de cientistas trans/travestis referenciados em ementas disciplinares, ou quando, seus textos não

compõem bancas de seleção de mestrado ou doutorado, provas de seleção, editais da pós-graduação entre outros, nos alertando para o seguinte questionamento: porque epistemologias trans não fazem parte da Universidade? Seriam interesses de uma exigência por neutralidade?

Na seleção de referências, por exemplo, a predominância de autores cisgêneros, brancos e heteronormativos contribui para a invisibilidade das epistemologias trans/travestis, especificamente. Nos editais de pós-graduação, as exigências de uma “neutralidade” desconsideram as especificidades de corpos e saberes trans, forçando uma homogeneização que ignora as experiências e saberes não hegemônicos. A estrutura dos comitês acadêmicos, por sua vez, frequentemente reflete e reforça essas práticas, criando barreiras para o reconhecimento e a valorização de saberes trans/travestis, mantendo-os à margem do campo científico. Assim, pessoas trans/travestis, enfrentam cotidianamente um processo contínuo de silenciamento epistemológico, no qual suas produções intelectuais são desqualificadas e minimizadas, reforçando sua marginalização nas cenas acadêmicas.

Para Coradini (2022) ao ignorar as múltiplas formas de existência que desafiam os padrões cis-heteronormativos, as instituições de ensino superior contribuem para a manutenção de um ambiente acadêmico que naturaliza o apagamento dessas subjetividades. Tal cenário evidencia a necessidade de repensar currículos, políticas institucionais e práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as narrativas e os saberes das pessoas trans/travestis, não como exceções, mas como parte integral da construção do conhecimento acadêmico. Neon Cunha e Sara Wagner York (2020) em “*Um vácuo “cis” na história e a emergência do corpo trans*” afirmam que talvez devamos apenas seguir mariellando-nos no “eu sou porque nós somos” que ela usava sempre. Somos mulheres diversas, não mais apenas genitálias ou mimeses de um falo original ou simulacro. Somos combos de excluídas, minimizadas e hierarquizadas, com dores e lutas muitas vezes similares, além de futuros possíveis, onde o desejo de liberdade soma-se ao “mexeu com uma, mexeu com todas”. Portanto, é nesse “mexe, mexe” que ao subverter os saberes normativos, pessoas trans e travestis se constituem em rede e epistemologicamente multirreferenciais. Viviane Vergueiro (2015) nos apresenta em sua dissertação uma noção denominada “sabotagem epistêmica” - uma fechação babado:

[...] em relação às caretices e miradas colonialistas e exotificantes em relação às diversidades corporais e de identidades de gênero, **nossas rexitências nos sistemas acadêmicos enquanto refúgio não deixa de ser criminosa**: bandidas, de nomes sociais precários e ilegais em um mundo que nos odeia e delimita, ousamos na posição de pesquisadoras ao performatizar uma função ininteligível, ao estudar temas a partir de perspectivas que incomodam, ao propor comunidades ao invés de “campos de pesquisa”. Que trukes dar no sistema, para que ele seja um espaço efetivamente transformador das realidades que nos circundam? Como sobreviver nele, sabendo dos boicotes, panelas e cordialidades convenientes? (Vergueiro, 2015, p. 97-98)

Dialogamos com Vergueiro (2015, p.98) ao questionar “Como fazer as epistemologias cisnormativas desaprenderem suas miradas, epistemologias, metodologias? Para Vergueiro (2015, p. 47) precisamos articular juntas nossas vozes, também considerando formas de subversão e sabotagem desta linguagem, uma perspectiva que dialoga com o que pensa Serano (2007) (tradução nossa) a respeito de uma ideia próxima à de cisnormatividade: “[o] primeiro passo que devemos dar em direção ao desmantelamento do privilégio cissexual é eliminar de nossos vocabulários aquelas palavras e conceitos que promovem a ideia de que os gêneros [de pessoas] cissexuais são inerentemente mais autênticos que os [de pessoas] transexuais”. Nesse sentido, Juno Nedel (2020), pesquisador trans, aborda a questão da justiça epistêmica argumentando que o monopólio das nossas narrativas trans por pessoas cisgênero constitui uma injustiça epistêmica, pois obstrui o nosso lugar de pessoas trans como agentes de nossas próprias histórias.

Para Clarisse Mack da Silva Campos e Sara Wagner York (2024) nós existimos e resistimos e existimos porque resistimos. É sob essa lógica que a travestilidade é necessariamente potência e resistência. É impossível ser travesti no Brasil, país que mais mata esta população no mundo por quinze anos consecutivos, sem resistir. Não há escolha, não há opção. Estar viva sendo travesti é em si uma resistência epistemológica. Trans-epistemológica. Corroboramos com o que destaca York (2020) esse texto não é apenas sobre corpos trans e travestis, mas uma denúncia cissexista e misógina de que quanto mais próximo ao constructo social, cultural, intelectual e aparentemente feminino, maior a violência e desintegração. Atualmente, observa-se o surgimento de uma geração de pessoas trans/travestis que, por meio de suas ações, demonstram ainda mais resistência, sensibilidade e inovação intelectual, desafiando as estruturas estabelecidas no campo acadêmico e promovendo a emergência de novos saberes epistemológicos. Esses corpos não

apenas contestam o status *quo*, mas também contribuem de maneira significativa para a reconfiguração dos saberes, introduzindo perspectivas e práticas que rompem com os paradigmas dominantes, ampliando o escopo das produções científicas e enriquecendo o campo de conhecimento com experiências e visões antes marginalizadas.

Conheçam mulheres trans/travestis que produzem epistemologias para/na universidade: Adriana Sales (UNESP), Alícia Krüger (UEPG), Amara Moira (UNICAMP), Ariane Senna (UFBA), Bia Bagagli (UNICAMP), Brune Coelho Brandão (UFJF), Dani Balbi (UFRJ), Emily Mel Fernandes (UFRN), Fran Demétrios “*in memorian*” (UFRB), Gabrielle Weber (USP), Erika Alcântara (UFRJ), Florence Belladonna Travesti (UFRRJ), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Joyce Alves (UFRRJ), Leticia Carolina Nascimento (UFPI), Maria Zanela (UFSC), Marini Bataglin (UFRGS) Alê Primo (UFRGS), Leilane Assunção (UFRN), Megg Rayara (UFPR), Rebecka de França (UFRN), Sara Wagner York (UERJ), Sofia Favero (UFRGS), Sophia Starosa (UFRGS), Viviane Vergueiro (UFBA), Thiffany Odara (UFBA), Luma Andrade (UNILAB), entre tantas outras que rompem com o trans-epistemicídio.

É fundamental destacar as conquistas significativas de pessoas trans e travestis no ambiente universitário, reconhecendo a importância de sua presença e atuação em espaços tradicionalmente dominados por normas cisnormativas. A ocupação desses espaços não se limita à presença física, mas envolve um processo de materialização de suas existências, contribuindo para a legitimação de suas identidades e saberes no campo acadêmico. Conheçam:

Luma Andrade é Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), primeira travesti a obter o título de Doutora em Educação no Brasil no ano de 2012, atualmente Diretora do Instituto de Humanidades (IH) e concorrendo a reitoria da Universidade no ano de 2025.

Megg Rayara Gomes de Oliveira é Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), primeira travesti negra a obter o título de Doutora em Educação no Brasil e atual Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Equidade da Universidade.

Sara Wagner York é a primeira travesti a ancorar no jornalismo brasileiro, colunista e apresentadora do portal e canal Brasil 247 desde 2020.

Jaqueline Gomes de Jesus é Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e foi a primeira gestora do sistema de cotas para negros da Universidade

de Brasília (UnB). No ano de 2024 foi premiada como pesquisadora destaque brasileira pela organização da Brazil Conference.

Joyce Alves é Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade (LEGESEX) e atual Pró-reitora Adjunta de Assuntos Estudantis da Universidade, e a primeira mulher trans a ocupar, em 2021, um cargo institucional numa universidade pública, onde já fazia parte do corpo docente.

No dia 29 de janeiro de 2025, Dia da Visibilidade Trans, uma entrevista do Portal G1¹³ destacou o protagonismo de Joyce Alves, abrindo a reportagem com uma emblemática narrativa: “**Cheguei no topo, mas me sinto só**”. No texto Joyce Alves afirma que desde criança tinha uma ideia fixa: a educação seria sua tábua de salvação.

Eu sempre fui muito estudiosa. Sentava na frente, tirava as melhores notas e fazia tudo o que a professora pedia. Assim, conseguia escapar de maiores violências, porque tinha algo a oferecer às pessoas. Eu podia ensinar aos meus colegas”, reflete (Joyce Alves, 2025).

Para além das lutas por sobreviver, Joyce Alves pavimentou um caminho espetacular na UFRRJ, se tornando servidora efetiva e hoje, eleita a primeira pró-reitora trans do Brasil, porém é a única servidora trans em uma universidade que tem mais de 2 mil funcionários efetivos. Na luta pelas cotas na UFRRJ e demais Universidades, Joyce Alves busca conscientizar que as violências psicológicas, físicas e institucionais são causadoras da exclusão de crianças e adolescentes à educação básica, portanto, tornando-se um gargalo que dificulta o acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho. A implementação de cotas para pessoas trans em 23 universidades públicas brasileiras, conforme demonstrado na imagem a seguir, reflete um avanço significativo na democratização do ensino superior.

Figura 2 - Cotas para pessoas trans

¹³ Ver reportagem: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/01/29/cheguei-no-topo-mas-me-sinto-so-primeira-pro-reitora-trans-do-brasil-luta-por-cotas-nas-universidades.shtml>

23 universidades públicas têm cotas para pessoas trans

69,5% aderiram nos 2 últimos anos



Fonte: Portal G1 (infográfico elaborado em 28/01/2025)

A exclusão histórica dessa população, decorrente de violências institucionais e sociais, restringiu seu acesso à educação formal e, conseqüentemente, a oportunidades acadêmicas e profissionais. As políticas afirmativas emergem, portanto, como um mecanismo de reparação que visa não apenas ampliar o ingresso de pessoas trans e travestis nas universidades, mas também garantir sua permanência e progressão na trajetória acadêmica, possibilitando o fortalecimento de uma produção científica mais diversa e representativa. A vida, a produção, é um dever. Mas nós, pessoas LGBTI+, precisamos trabalhar com aquilo que está sendo contingenciado, pois, para nós, o nosso próprio contingenciamento e nosso próprio dever não seguem o mesmo fluxo das ideias que a normatividade produz. Quando o prefixo “trans” entra nas categorias de homem e de mulher, ou até mesmo não se volta a essas categorias, outras estruturas são criadas: categorias desestruturantes, categorias monstruosas. (Sara Wagner York, Bruno Pfeil e Cello Pfeil, 2020). Portanto, essas mulheres trans e travestis não apenas ocupam o espaço universitário, mas reimaginam o que ele pode ser, pois elas fazem do CISTema uma ferramenta para produzir realidades transformadoras e caminhos inéditos para suas corpos e para tantas outras que estão por vir. Essas autoras e suas trajetórias nos ensinam que, na

luta por reconhecimento e existência, há também beleza, poesia e uma vontade imensurável de reinventar o mundo.

4. NOÇÕES SUBSUNÇORAS (ACHADOS DA PESQUISA)

As “noções subsunçoras são categorias de análises que a etnometodologia utiliza para compreensão do mundo fenomênico” (Macedo, 2021, p. 7). De um modo outro, entendemos no Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC/UFRRJ), como os “achados da pesquisa” que são todos atos e ações que emergem das análises com os praticantes e das anotações dos diários de pesquisa, que são possibilitados pela transversalidade dialógica entre empiria/teoria/autoria do pesquisador. Numa realidade de pesquisa acadêmica as noções subsunçoras são sempre atualizadas quando o pesquisador acessa uma nova informação seja pelo contato teórico e/ou empírico. O estabelecimento consciente e criativo das noções subsunçoras exige do pesquisador a mobilização de competências teórico-analíticas e hermenêuticas, implicando operações cognitivas (Santos, 2005, p.153). Coradini (2022) destaca que estas noções não caminham na pesquisa de forma isolada, podem ser dependentes ou interdependentes, pois elas se interrelacionam.

A travestilidade como potência epistemológica, noção desenvolvida a partir deste texto, reside exatamente na capacidade de desafiar, ressignificar e transbordar as margens impostas pela normatividade. Nossas existências, longe de se encaixarem em estruturas rígidas, são devires pulsantes, insurgentes, revolucionários. Por fim, peço licença a Sara Wagner York, Bruno Pfeil e Cello Pfeil, para reescrever um trecho de seu texto - quando o prefixo “trans” atravessa e expande as categorias de homem e mulher – ou mesmo quando se recusa a se inscrever nessas definições – ele inaugura novas possibilidades de ser, pensar e existir. São categorias desestruturantes que, ao invés de serem um fim, tornam-se o princípio de uma revolução epistemológica, política e estética. Se nos chamam de monstruosidades, que sejamos então o assombro necessário para fazer ruir um mundo que insiste em nos apagar. Nossa existência é movimento, é criação incessante, e, acima de tudo, é um ato de liberdade.

A Autoria trans-multirreferencial, é uma noção que foi concebida a partir da etnografia online, destacando a especificidade de cada atuação na rede, as quais denominamos: Professora Doutora Alessandra Teixeira Primo (UFRGS) – autoria pela

existência, Professora Doutora Joyce Alves (UFRRJ) – autoria pela formação e Professora Doutora Sara Wagner York (UERJ) – autoria multirreferencial. Coradini (2022) destaca que a partir desta composição de autorias, podemos perceber que transversalmente e intersseccionalmente elas se interrelacionam, pois aparecem em um campo multirreferencial, permitindo as suas construções a partir de diferentes vertentes, fornecidas pelos sujeitos a partir de diferentes perspectivas. Esta noção corrobora com o que Viviane Vergueiro (2015) denomina entrelugar, ou seja, no processo de revisão de literatura sobre questões trans que vinha fazendo, em certos momentos, apesar de várias concordâncias e reconhecimentos de esforços de pessoas pesquisadoras no enfrentamento intelectual aos sistemas, as leituras acadêmicas dialogavam comigo de maneiras estranhas, o que as tornavam complicadas, desinteressantes e de limitado empoderamento político e existencial.

A “*Política de Reconhecimento*” é uma noção que não se fundamenta apenas para a Universidade, mas se desloca na dissidência destes corpos que ainda continuam sendo silenciados e tangenciados na arena educacional. De acordo com Louro (1997), as sexualidades não são algo do qual a gente possa se despir antes de entrar na escola. As pessoas LGBTQIA+, especificamente trans/travestis, não se constituem como ameaças a linearidade das normas educacionais, apenas precisam que sejam inseridas em um debate que vai além de um currículo para a diversidade, mas que nas práticas cotidianas a educação respeite o gênero, a sexualidade e suas identidades. Em suma, somos um “corpo político”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que eu era, no fim das contas, de acordo com Foucault (1999), não escapava à sexualidade. Ela estava presente o tempo todo, subjacente a todas as minhas condutas, já que ela era o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas. Inscrita sem pudor na minha face e no meu corpo, já que era um segredo que se traía sempre, apesar de todos os meus esforços para controlar “meu jeito de andar e de correr, a maneira de gesticular mãos e braços e o modo como balançava a cabeça e mexia nos cabelos. Eu também tentava controlar meu jeito de falar e o tom da minha voz na expectativa de ser o menos visível” (Oliveira, 2017, p. 23).

Iniciamos nossas considerações a partir do relato de Megg Rayara Gomes de Oliveira destacado em sua Tese de Doutorado intitulada “O diabo em forma de gente: (r) existências

de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” (2017). No seu artigo “*Exaustas, porém em Pé!*” (2023), Megg Rayara destaca que preservar a cisgeneridade heterossexual é preservar o poder naturalmente associado a ela. Desenvolver estratégias imunológicas é impedir que travestis e mulheres transexuais vislumbrem a possibilidade de produzir deslocamentos, abandonem as margens da margem para acessar o centro. A violência epistemológica contra corpos e saberes trans/travestis, permeada por dinâmicas de gênero e poder, evidencia-se na negação da legitimidade de suas existências e produções intelectuais. Como discutido ao longo deste artigo, as estruturas normativas impõem um sistema de vigilância e controle sobre os corpos dissidentes, forçando-os a um constante estado de autocensura e invisibilização. O relato de Megg Rayara (2017), ao descrever a tentativa incessante de adequação aos padrões cisheteronormativos, revela não apenas a imposição de uma identidade moldada pelo medo da exposição, mas também a potência de resistir a tais coerções por meio da produção de conhecimento e da reafirmação de novas epistemologias.

Dessa forma, ao evidenciarmos a interseção entre violência, gênero e poder, reafirmamos a importância de reconhecer e legitimar as epistemologias trans/travestis como parte fundamental da ciência. *Travestis produzem epistemologias*. A exclusão histórica dessas vivências dos espaços de produção científica configura um apagamento sistemático que precisa ser continuamente desafiado, portanto, os saberes trans/travestis não apenas questionam as normas impostas, mas reivindicam novos modos de pensar, de existir e de construir ciência, ressignificando os espaços que historicamente lhes foram negados. Assim, este artigo buscou não apenas problematizar a violência epistemológica imposta às pessoas trans/travestis, mas também demonstrar a potência de seus saberes na reconstrução do pensamento acadêmico. Ainda há um longo caminho a percorrer para que a universidade e a sociedade reconheçam plenamente a legitimidade dessas existências e produções, mas a luta já está em curso. Enquanto novas epistemologias emergem e corpos trans e travestis seguem ocupando espaços de poder e produção de conhecimento, torna-se cada vez mais impossível ignorar sua presença, afinal, como bem nos ensinam essas existências insurgentes, resistir é também uma forma de escrever a história.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **TRAVESTIS NA ESCOLA**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *The second sex*. Trad. E. M. Parshley. Nova York: Vintage, 1973.

BUTLER, Judith. **CORPOS QUE IMPORTAM**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições; Crocodilo Edições, 2019.

_____. **PROBLEMAS DE GÊNERO**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

_____. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CAMPOS, Clarisse Mack da Silva; **YORK**, Sara. **A TRAVESTILIDADE COMO POTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA**: Rompendo Os Grilhões Do Trans-Epistemicídio. Notícias, Revista Docência e Ciberultura, janeiro de 2024, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1753>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CORADINI, Fábio. **CURRÍCULO CIBERQUEER**: autorias LGBTQIA+ na cibercultura. 2022. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6643>. Acesso em 15. Jan. 2025.

_____; **SANTOS**, Edméa. **EPISTEMOLOGIA TRAVESTI**: uma etnografia online de Alessandra Teixeira Primo. Revista Intersaberes, [S. l.], v. 20, p. e25do112, 2025. DOI: 10.22169/revint.v20.e25do112. Disponível em:

<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/287>.

Acesso em: 15 dez. 2025.

CUNHA, Neon; **YORK**, Sara Wagner. Um vácuo “cis” na história e a emergência do corpo trans. Fundação Rosa Luxemburgo, Ponto de debate, n. 21, nov. 2020. Disponível em: <https://rosalux.org.br/um-vacu-cis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/>.

Acesso em: 22 jan. 2025.

DANNER, Fernando. A genealogia do poder em Michel Foucault. IV Mostra de Pesquisa da Pós-graduação – PUCRS, p. 786-794, 2009. Disponível em: https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO_DANNER.pdf. Acesso em 20. jan. 2025.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FAVERO, Sofia. **POR UMA ÉTICA PAJUBARIANA**: a potência epistemológica das travestis intelectuais. Equatorial, Natal, v. 7, p. 1- 22, jan/jun 2020.

FAVERO, Sofia. **CRIANÇAS TRANS**: infâncias possíveis. Salvador: Editora Devires, 2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. **VIGIAR E PUNIR**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, Mário Soares; **YORK**, Sara Wagner; **COLLING**, Leandro. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos

direitos fundamentais. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 13, N.02, 2022, p.1097-1135.

HARAWAY, Donna. MANIFESTO CIBORGUE: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, Tomaz. Antropologia do Ciborgue: vestígios do pós-humano. 2. ed. 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. **PENSAMENTO FEMINISTA:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). O CORPO EDUCADO: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. Pesquisa-Formação / Formação-Pesquisa criação de saberes e heurística formacional. Campinas: Pontes Editores, 2021. 183 p

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. GÊNERO E DEFICIÊNCIA: interseções e perspectivas. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

MONTEIRO, A. O.; LIMA, L. B.; CABRAL, M. Y. R. TRANSEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS: uma luta por dignidade e cidadania. Com a diferença tecer a resistência: 3º seminário desfazendo gênero [livro eletrônico]. Jussara Costa Carneiro (Org. et. al). Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

NEDEL, Juno. O corpo como arquivo—tensionando questões sobre história e memória trans. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 16-41, 2020.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; **ARAÚJO**, Tathiane Aquino. **DOSSIÊ: Registro nacional de mortes de pessoas trans no Brasil em 2024: da expectativa de morte a um olhar para a presença viva de estudantes trans na educação básica brasileira**. 9. ed. Uberlândia: RedeTrans Brasil, 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O DIABO EM FORMA DE GENTE: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador/BA. Editora Devires, 2020.

_____. Exaustas, Porém em Pé! Reflexões a Respeito do Dispositivo Imunológico Contra Travestis e Mulheres Transexuais no Sistema Educacional. Revista de Administração Contemporânea, v. 27, n. 5, p. e230176, 2023.

PRECIADO, Paul Beatriz. **MANIFESTO CONTRASSEXUAL: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: N1 Edições, 2017.

RUBIN, Gayle. **O TRÁFICO DE MULHERES: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Edméa. **EDUCAÇÃO ONLINE: cibercultura e pesquisa-formação na prática docente**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11800>. Acesso em 15. Dez. 2025.

_____. Pesquisa-formação na cibercultura. 2ª reimpressão. Teresina: EDUFPI, 2019.

SEGATA, Jean. A etnografia como promessa e o Efeito Latour no campo da cibercultura. Ilha: Revista de Antropologia, v. 16, p. 69-95, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/viewFile/2175-8034.2014v16n2p69/29166>. Acesso em: 28 fev. 2025.

_____; **RIFIOTIS**, Theophilos. Antropologia e cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (org.). Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016. 208 p.

SERANO, J. WHIPPING GIRL: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity. Emeryville, Califórnia: Seal Press, 2007.

SOUZA, Josy Maria Alves de; **SCHWARTZMANN**, Matheus Nogueira. **TRANSCENDENDO MARGENS E QUEBRANDO BARREIRAS:** (trans)vivências redefinindo (r)existências que empoderam. Notícias, Revista Docência e Cibercultura, janeiro de 2024, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1746>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SCOTT, Joan. **GÊNERO:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul-dez, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno Falar? Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TRAVESTI, Florence Belladonna; **ALVES**, Joyce. **A CORRIDA CONTRA O TEMPO:** o que significa ser uma Travesti? Notícias, Revista Docência e Cibercultura, janeiro de 2023, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1585>. Acesso em 15 jan. 2025.

VERGUEIRO, Viviane. **POR INFLEXÕES DECOLONIAIS DE CORPOS E IDENTIDADES DE GÊNERO INCONFORMES:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

WITTIG, Monique. **THE POINT OF VIEW**: universal ou particular? Feminist Issues, v. 3, n. 2, p. 64, 1983.

YORK, Sara Wagner; **OLIVEIRA**, Megg Rayara Gomes de; **BENEVIDES**, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travestis. Revista Estudos Feministas, v. 28, n. 3, e75614, 2020.

_____. **TIA, VOCÊ É HOMEM? TRANS DA/NA EDUCAÇÃO**: Des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/16716>. Acesso em: 18 jan. 2025.

_____; **PFEIL**, Bruno; **PFEIL**, Cello. Transviadescendo a monstruosidade. Notícias, Revista Docência e Ciberultura, janeiro de 2024, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1757>. Acesso em 18 jan. 2025.

_____. Direitos Da Esquina Versus Direto Das Esquinas. Notícias, Revista Docência e Ciberultura, janeiro de 2024, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/176>. Acesso em: 20 jan. 2025.